

Educação feminina em Adamantina: Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978)

Feminine education in Adamantina: the Institute of Madre Clélia Education (1950-1978)

Therezinha Elizabeth Tofoli
Mestre em Educação – UNESP - Marília
Professora - FAI

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a investigação do processo de criação, instalação e transformações da educação feminina no Colégio “Madre Clélia” de Adamantina, no período de 1950 a 1978, com ênfase nos primeiros quinze anos (1950 a 1965), bem como contribuir para o reconhecimento do sentido da ação de suas práticas educativas vivenciadas pelas alunas e enraizadas na sociedade e cultura locais. Trata-se de uma reflexão sobre o ensino confessional católico, oferecido pelas Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, por meio de sua fundadora Clélia Merloni. Ao analisar a educação oferecida por esta instituição escolar, um dos objetivos fundamentais foi o de compreender a formação da identidade das educandas e aspectos referentes à (re) e/ou (des) construção do universo feminino vigente. Através de fontes primárias e de depoimentos de pessoas envolvidas no cenário do Colégio (diretoras, professoras e alunas), constatamos que a escola foi permeada por vários processos e práticas educativas, dentre os quais, alguns responderam aos anseios das alunas e da sociedade da época, que eram o de preparar as mulheres para o desempenho da maternidade e para serem profissionais do magistério. Para além de proporcionar uma formação que distinguisse essas mulheres no cenário social, os resultados obtidos nessa pesquisa revelam também que muitas educandas ultrapassaram a condição feminina que lhes era imposta, adentrando a esfera pública, espaço reservado historicamente ao gênero masculino.

Palavras-chave: História da Educação Feminina no Brasil. História da Educação Feminina em Adamantina. Educação Confessional.

Abstract

This work has as study object the investigation of creation, installation and transformation of the feminine education in the School “Madre Clélia” in Adamantina, in the period from 1950 to 1978, with emphasis in the first fifteen years (from 1950 to 1965), as well as to contribute for the recognition of the action sense of its educational practice lived by the students and their engagement in society and culture places. It is a reflection on confessional teaching offered by Apostles of Jesus’ Sacred Heart through its founder Clélia Merloni. When analyzing education offered by this school, one of the fundamental objectives was the understanding the formation of the identity of the students and referring aspects to the (re) and/or (des) construction of the effective feminine universe. Through primary sources and people’s deposition involved in the scenery of the School (directors, teachers and students), we verified that the school was permeated by several processes and educational practices, in which some of them answered to the student’s longings and the society of the time, which was the preparation of the women to the acting of maternity and teaching. Besides providing a formation which distinguished those women in the social scenery, the results obtained in this research also reveal that a lot of students surpassed the feminine imposed condition,

penetrating the public sphere, an historically reserved space to the masculine gender.

Keywords: Feminine Education History in Brazil. Feminine Education in Adamantina. Confessional Education.

Introdução

O presente estudo surgiu a partir do interesse em contribuir com novos conhecimentos sobre a educação feminina na história da educação brasileira. Também é decorrente do fato de que o Instituto de Educação “Madre Clélia”, instituição educacional feminina da cidade de Adamantina, Estado de São Paulo, tenha contribuído para a formação educacional e cultural de muitas mulheres da região da Nova Alta Paulista. A terceira razão é que a autora do presente trabalho foi aluna do Colégio “Madre Clélia”, o que facilitou o levantamento dos dados. Finalmente, procura fornecer subsídios a outros estudos que evidenciem a importância do papel dos colégios, quer públicos, quer privados, como objeto da memória e da produção historiográfica sobre educação brasileira.

É importante afirmar nessas primeiras linhas, que se trata de um colégio confessional católico, dirigido pelas Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, cuja congregação, fundada em 1894, por Clélia Maria Cleópatra Merloni (1861-1930), em Viareggio (Província de Lucca, na Toscana, Itália).

Ao investigar-se o processo de criação, instalação e a evolução de instituições escolares como o Instituto de Educação Madre Clélia, de Adamantina, torna-se mais fácil reconhecer a ação educativa do homem e sua relação com a diversidade de elementos históricos enraizados na sociedade e nas culturas locais e regionais.

Para Giles (1987, p.1), “o passado do processo educativo está presente no atual momento sob a forma de pressupostos, de práticas, de atitudes e, invariavelmente, de preconceitos.”

Neste sentido, realizar pesquisa relativa à história das instituições escolares e seus processos pedagógicos é, portanto, um fazer bastante intrincado. Implica análises criteriosas do objeto de estudo, a escola, buscando compreender os processos sócio-históricos constitutivos, os elementos que lhe conferem identidade, como se processam as mudanças e rupturas e, ainda, sua importância no contexto social.

Vale destacar que a história local é interessante e útil, na medida em que oferece elementos consistentes para estudos comparativos, que possibilitem um enfoque com base nas especificidades, oferecendo meios para que os pesquisadores possam ter informações e dados, sobre diferentes lugares do país.

A importância da educação em Adamantina

A partir das leituras das publicações na imprensa da época, é possível observar como era relevante a educação para o município, desde a primeira administração pública. Com apenas três anos de emancipação e “com uma população de 35.408 habitantes, estavam matriculadas no curso primário 3.700 crianças” (LIMA; OLIVEIRA, 1952, p.59).

O Primeiro Grupo Escolar foi inaugurado em 1948, ainda sem denominação.

Em 1950, foi construída a primeira escola particular, o Ginásio e Escola Normal, denominado a partir de 1956, Instituto Educacional Adamantina. Esse Instituto oferecia os cursos: Ginásial, Científico, Técnico de Contabilidade e Magistério (formando a primeira turma de professores de Adamantina em 1953).

Em fevereiro de 1951, iniciaram-se as aulas do Curso Primário (após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96: as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental) do Externato Ma

dre Clélia.

Em 1952, o antigo curso primário era oferecido em três grupos escolares estaduais: 1º Grupo Escolar, com 23 classes, 2º Grupo Escolar, com 16 classes, um Grupo Escolar em Mariápolis, com 10 classes, além de 17 escolas isoladas estaduais, 29 escolas isoladas municipais e 6 cursos de alfabetização de adultos.

Pela Lei 2113 de 27/12/52, foi criado o Ginásio Estadual de Adamantina, nome original da atual EE “Helen Keller”.

Foram inaugurados, respectivamente, em 1956, 1969, 1977 e 1988, o 3º, 4º, 5º e 6º Grupos Escolares. O 1º Grupo Escolar era denominado EE Navarro de Andrade e pelo Decreto nº 3.322, de 12/01/1998, foi municipalizado com a denominação EMEF Navarro de Andrade; o 2º Grupo Escolar criado pelo Decreto de 07/08/1950, atualmente pela Resolução SE 37/96 de 25/04/96, que reorganizou as escolas estaduais, denomina-se EE Profª Fleurides Cavallini Menechino; o 3º Grupo, EE Profª Teruyo Kikuta, foi municipalizado pelo Decreto 4008 de 06/01/2004, com a denominação EMEF Profª Teruyo Kikuta; o 4º Grupo, EE Profº Durvalino Grion; o 5º Grupo, EE Profª Oneide Morelatti, com o encerramento das atividades de ensino em 1995, seu espaço físico foi cedido para o Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM - e atualmente para o Pólo de Capacitação da Diretoria Regional de Ensino de Adamantina; e o 6º Grupo, EE Profº Eurico Leite de Moraes, também municipalizado em 06/01/2004, pelo Decreto 4009, com a denominação de EMEF Profº Eurico Leite de Moraes.

Escola Normal Livre de Adamantina foi instalada em 1960

Com os cursos Básico Comercial e Técnico de Contabilidade, em 1953, é instalada a Escola Técnica de Comércio de Adamantina. Atualmente, sua denominação é Colégio Ateneu Bento da Silva.

Em abril de 1959, foi inaugurado o “Juvenato La Salle”, com a finalidade de formar os futuros irmãos religiosos. Os alunos, do sexo masculino, eram internos e procedentes do Estado de São Paulo e de outros Estados. A escola permaneceu em atividade até 1967.

Também em abril de 1959, foi instalada a Escola Estadual Industrial de Adamantina, atualmente vinculada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS - (ETE Prof Eudécio Luiz Vicente). No início da década de 1970, inaugurou-se, o Colégio Técnico Agrícola, também vinculado ao CEETEPS (ETE Engº Herval Bellusci).

No período de 1971 a 1994, foi criada a Sociedade Civil do Espírito Santo de Adamantina, fundada por padres irlandeses, pertencentes à Ordem dos Espiritanos, que proporcionava educação exclusivamente masculina para formação de futuros sacerdotes.

Pela Lei 1.083/71, foi criado o Colégio Técnico Municipal, anexo à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Adamantina (FAFIA). Funcionou com período integral por aproximadamente dez anos. A maioria de seus alunos prosseguiu os estudos optando pela engenharia, em suas diferentes habilitações.

A partir de 1973, foram instaladas unidades de pré-escola municipal, o Centro de Educação Municipal de Adamantina - CEMA - CEMA 1 Profª Eulália Paschoal Briguenti, 1973, CEMA 2 Profª Eunice Maris, 1985, CEMA 3 Profª Helena Silvestre de Paula, 1985 e o CEMA 4 Domingos Latini, 1997.

Em 28/02/1974, foi instalada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE –atualmente mantida pela Escola de Educação Especial VIDA (Vivência para Inclusão das Deficiências através do Atendimento Multiprofissional).

O Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério CEFAM Profª Maria Rosa da Costa Palo Mello foi instalado em 1994, tendo suas atividades de ensino encerradas em 2005.

Quanto ao ensino superior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina (autorizada a funcionar conforme Lei nº 853 de 29/06/1967) e a Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Adamantina (autorizada a funcionar conforme Lei nº 1547 de 01/03/1980), foram unificadas através da Lei Municipal

nº 2.819, de 18 de junho de 1998, passando a denominar-se FAI - Faculdades Adamantinenses Integradas, com o Regimento Unificado aprovado pelo Parecer nº 94/99 do Conselho Estadual de Educação.

Atualmente, o município conta ainda com escolas particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio: Associação Cristã de Ensino e Cultura de Adamantina, Colégio Adamantinense (Objetivo), Escola Alto Padrão, e o próprio Colégio Madre Clélia Merloni, objeto de nosso estudo.

A preocupação com a educação mantém-se até os dias de hoje (2007). Um dos indicadores é a divulgação dos dados apresentados pela agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE- de Adamantina (2002), que aponta uma taxa de alfabetização de 91,4% dos adamantinenses. Dos 33.497 habitantes, 28.808 possuem 10 anos ou mais de idade, desses 26.326 são alfabetizados, acima da média nacional, que é de 87,1%.

Adamantina pode ser chamada “A Capital do Ensino da Alta Paulista”, pelo expressivo número de alunos matriculados, pois conta com mais de 12.000 alunos e ser considerado um referencial da educação da região, conforme aponta a edição comemorativa da revista ADAMANTINA 50 ANOS (1999, p.27).

A educação foi e continua sendo importante elemento de aferição do desenvolvimento do município.

Educação feminina

Historicamente, as mulheres tiveram mais dificuldade de acesso à escolaridade. Segundo Louro (1997, p.447), a idéia de escolarização das mulheres aparece na primeira Lei de Instrução Pública em 1827, associada à função educadora dos filhos:

As mulheres carecem mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons ou maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas.¹

A legislação se preocupava em formar cidadãos de caráter, de acordo com os princípios adotados pela nação e essa formação se iniciava em casa, no lar, com a vida doméstica. Percebe-se, então, uma visão utilitarista da educação feminina, em que a profissionalização e a carreira não estavam no primeiro plano, mas sim uma adequação das exigências dos novos tempos, futuras mães e donas de casa treinadas para exercerem suas funções “naturais e morais”.

Com o aumento da industrialização (meados do século XIX), o processo da urbanização se estabeleceu. Essas mudanças afetaram a vida das mulheres; tornaram-se operárias (primeiras décadas do século XX), tiveram o direito à instrução formal (aparece na Lei de Instrução Pública em 1827), participaram da luta abolicionista (por volta da década de 1870), alcançaram o direito do voto (1932), iniciaram o movimento feminista (década de 1960), visando a sua emancipação, e desenvolveram importante imprensa feminina (segunda metade do século XIX)².

Observa-se, então, que essas novas atitudes causaram profundas mudanças na estrutura familiar e também nas instituições responsáveis pelo desenvolvimento social, em especial pela educação e cuidados com a saúde. Diante desse quadro, o objetivo da educação da jovem continuava sendo o de educar e formar a boa dona de casa e a mãe de família exemplar.

Na década de 1870, a Igreja estava preocupada com seu fortalecimento institucional, social e político e, para isso, tentava investir no poder do clero. Os fiéis, homens e mulheres, deveriam ser mantidos sob o controle eclesiástico.

O poder das irmandades leigas dos tempos coloniais deveria passar ao corpo clerical. Desse modo, a necessidade de fiéis obedientes ao clero e seguidores das normas clericais conduziu a igreja a direcionar sua ação, em particular, às mulheres. Conforme informa Rosado Nunes (1996, p.89), “a clerização da Igreja significou também sua feminização.”

Vale salientar que a incorporação das mulheres, “a feminização do catolicismo no Brasil, longe de signifi

car um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, representa, de fato, a reafirmação de seu estatuto subordinado” (ROSADO NUNES, 1996, p.89). Isto é, as mulheres continuam sendo reconhecidas em suas qualidades tradicionais como mãe e dona de casa.

Para fortalecer ainda mais a presença da mulher, a Igreja investiu na educação feminina. Verifica-se então que um dos principais objetivos da reforma católica foi a promoção da influência eclesial através do sistema educacional. Vale salientar também que o trabalho educacional da Igreja foi fundamental para a população feminina. A escola religiosa, por muito tempo, foi a única forma de educação para jovens das camadas médias e altas da sociedade brasileira. Sua expansão assegurou o nível cultural de uma grande parte da população feminina. A educação formal, portanto, auxiliou-as na sua emancipação social (ROSADO NUNES, 1996).

Essas escolas tinham como objetivo acordar a mulher brasileira à luz da ciência e, principalmente, à vida da fé, preocupando-se em dar uma educação primorosa às jovens brasileiras.

Entre 1859-1959 a expansão da rede escolar católica por todo o país só se tornou possível pela aliança entre a Igreja conservadora e a oligarquia, com o aval do Estado. No momento em que a oligarquia reunia condições políticas e financeiras para organizar o sistema educacional feminino, aliou-se ao catolicismo conservador e entregou a ele a tarefa de educar suas filhas conforme os preceitos dessa doutrina (MANOEL, 1996).

Na década de 1960, em pleno apogeu da educação feminina do Colégio Madre Clélia, o discurso normativo da Igreja, através do Concílio Vaticano II, indicou novos rumos para o magistério católico. Qual era esse ideal de educação? Considerava-se solidamente ancorado em “pressupostos morais inalteráveis” e não sujeitos à “corrupção de modismos” e interpretações passageiras, tendo a moral como ciência normativa norteadora das ações humanas.

Coexistiram durante as primeiras décadas do século XX, sob a proteção do Estado, um pequeno número de escolas secundárias oficiais e uma grande rede de escolas particulares. Diante desse quadro, as escolas confessionais tiveram maior força em subsistir do que as laicas, dirigidas quase sempre por congregações religiosas, como é o caso do Madre Clélia ou por famílias tradicionalmente dedicadas ao ensino.³

A proposta educacional dos colégios católicos era formar jovens cultas, polidas, sociáveis, católicas convictas, que transmitissem os valores do catolicismo conservador na família e na sociedade. Formando as alunas na prática das virtudes e ornando-as com o saber humano.

A concretização desses objetivos seria na educação em sala de aula e na vivência cotidiana determinada por um severo regulamento e em local apropriado, o internato, onde as alunas eram mantidas afastadas do mundo exterior. Achava-se que a mulher, por ser presa mais fácil do mal, devia estar sob constante vigilância para resguardar sua pureza (MANOEL, 1996, p.76).

Convém ainda lembrar que o magistério era o curso de nível médio mais procurado pelas mulheres, pois as tornava cultas sem afastá-las dos deveres específicos do sexo feminino, preconizados na época. A escolha do curso normal estava na maioria das vezes de acordo com os projetos da família.

Percebe-se que a base intelectual veiculada nas Escolas Normais proporcionava às alunas um certo prestígio social. Nas Escolas Normais Religiosas esse prestígio era muito mais acentuado. Muitas mulheres não tinham interesse de exercer a profissão, no entanto elas procuravam as escolas normais em busca de “cultura geral” e diploma. As filhas da sociedade adamantinense teriam procurado o Colégio Madre Clélia com esse mesmo propósito?

As escolas normais, no Brasil, contribuíram para elevação do nível cultural e profissional das mulheres, além de fornecerem uma opção a mais para os projetos de vida.

Nos anos 1950 e 1960 a figura da “mulher culta”, de certa forma, não podia ameaçar o poder masculino

e muito menos o modelo estabelecido de família. Esperava-se da mulher que seguisse o modelo de esposa perfeita e responsável pela harmonia do lar. O casamento continuava sendo, em primeiro plano, um objetivo de vida (BASSANEZI, 1996).

O Colégio Madre Clélia, sendo uma escola confessional católica, preocupava-se com as práticas das virtudes de acordo com sua doutrina, além do saber. Para maior compreensão do presente estudo, não poderíamos abstrair o cotidiano, pois é ele que dá o enredo e traz um universo, onde os personagens transitam em um determinado momento de suas vidas, num dado espaço físico, em que o caminho traduz toda a sabedoria, a força e a poesia da vida, e as manifestações sociais e históricas de uma época.

Analisando a educação administrada no Colégio Madre Clélia pelo cotidiano, percebe-se, então, de que maneira as alunas assimilavam os valores, as mudanças e o entendimento dos conteúdos veiculados na instituição.

Desse modo, a rotina estabelecida no cotidiano ganha significação, pois ela cria hábitos de conduta e define papéis, forma uma mentalidade. Essa mentalidade é formada por princípios filosóficos, religiosos, artísticos e também por elementos comuns do dia-a-dia, os quais se expressam nos hábitos, nas crenças, nos costumes, nos valores, nos ritos vividos na sociedade.

Nesse sentido, tendo como referencial a História das Mentalidades, procura-se compreender as mentalidades que atravessaram a prática educativa do Colégio Madre Clélia e como elas eram veiculadas na formação do caráter feminino.

Trabalhando, portanto, com o cotidiano do Colégio Madre Clélia, escola de cunho religioso, entende-se o que era ensinado, o que era proibido, o que era permitido, como as alunas eram punidas, premiadas e censuradas, à luz da fé. Através desses elementos valorizados pela metodologia das mentalidades, chega-se à compreensão de que forma essas atitudes produziram sentido para uma determinada postura de vida, de caráter, visto de um prisma católico.

A religiosidade desenvolvida no cotidiano do Colégio Madre Clélia procurava ir ao encontro dos objetivos do Estado e da comunidade da época, que começavam a ascender ao desenvolvimento do país, nos idos de 1950 e 1960.

Essa educação, marcada pela devoção, ocorria no dia-a-dia dos espaços escolares da instituição. As alunas procuravam ajustar na sua bagagem interior: razão, sentidos e emoções com o meio em que viviam, desenvolvendo uma postura ética que as caracterizavam tanto na sua singularidade, como no seu plural. Em anos posteriores, era facilmente identificada uma estudante egressa do Colégio Madre Clélia. Os valores e a representação social deixaram marcas indeléveis.

Dessa forma, o cotidiano diz muito sobre como o Colégio Madre Clélia estabeleceu um padrão de comportamento para desenvolver seus objetivos e quais suas conseqüências e desdobramentos.

O ideal de Madre Clélia Merloni, titular e protetora do colégio, como registra sua biografia, era conduzir as alunas a se conscientizarem e viverem os valores evangélicos, tendo em vista a formação cristã, profissional, na família e na sociedade (FARIAS, 1990, p. 283).

Em consulta ao regimento interno da instituição, constata-se os rigores disciplinares. Assim, por exemplo, dentre as obrigações gerais, a aluna deveria conformar seus hábitos, gestos, atitudes e palavras aos preceitos da boa educação. Tinha como deveres aplicar-se com diligência ao estudo, comparecer pontual e assiduamente às aulas e às demais atividades escolares. Tratar com urbanidade e respeito aos professores e colegas, não danificando o edifício, as instalações, o material didático e os livros da biblioteca. O decoro e a disciplina, eram condições imprescindíveis para a permanência no colégio e fora dele. O artigo 4 do Regulamento interno, que constava na página 5 da Caderneta Escolar das educandas, revela tais aspectos em relação à construção das representações desejáveis sobre o cotidiano das meninas.

A oração, para Madre Clélia, era fundamental em todos os momentos de atividades. Aliás, fazia parte das

práticas de ensino confessional “formar a jovem na doutrina cristã mediante o exercício da oração e da meditação. De acordo com Madre Clélia, a religião é a verdadeira base do edifício educativo moral; sem a religião, a educação (especialmente da mulher) permanece falha para sempre [...]” (FARIAS, 1990, p. 283).

O modo como a religião era disseminada, as repetidas orações, além da leitura do Evangelho, mostra que tal rotina era estabelecida e cumprida desde o primeiro dia de aula e repetia-se ao longo do ano: “A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar.” (FOUCAULT, 1983, p.137) Desse modo, o tempo disciplinar instituiu *o que, como e quando* fazer, estabelecendo o que era proibido ou permitido, num jogo de poder que permeava os atos das pessoas que ali conviviam.

O Colégio Madre Clélia, além das irmãs professoras, contratava docentes religiosos e leigos dos sexos masculino e feminino. Entretanto, há de se ponderar o seguinte: o professor poderia não ser católico, mas deveria ter um perfil humano e ético.

O professor deveria ser um profissional que comungasse com a filosofia da escola, uma filosofia humanista cristã, cujo princípio básico era caracterizado pelo pleno respeito ao ser humano, como ser livre e responsável.

Ao observar-se a documentação que se refere aos programas de ensino, nota-se que a equipe pedagógica tinha grande segurança ao elaborar seus currículos, organizar os saberes escolares e distribuir carga horária. Essa segurança quanto aos programas, refletia-se no alto conceito que a sociedade adamantinense tinha do Colégio “Madre Clélia”.

De maneira geral pode-se afirmar que os olhares atentos e cuidadosos das irmãs a suas alunas contribuíram para que o poder fosse mantido e seus objetivos educacionais fossem atingidos.

Conclusão

Conclui-se assim que o aparato disciplinar e pedagógico da instituição concorreu para a formação de mães preparadas para enfrentar com idoneidade os desafios do lar, o desempenho de suas funções de esposa e mãe.

Constata-se que a escola foi permeada por vários processos e práticas educativas, dentre os quais, alguns responderam aos anseios das alunas e da sociedade da época, que eram o de preparar as mulheres para o desempenho da maternidade e para serem profissionais da educação, cujo prêmio maior era o reconhecimento social na esfera pública.

Vale ressaltar que o colégio, no período de 1950 a 1965, recebia alunas externas, semi-externas e postulantes (alunas que decidiram seguir a vocação religiosa e faziam seus estudos no colégio). A partir de 1960, o colégio passou a admitir alunas internas. A maioria era procedente das cidades da região da Nova Alta Paulista, entre elas, Dracena, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Pacaembu, Parapuã, Osvaldo Cruz, Ouro Verde e Tupi Paulista. Algumas eram originárias dos Estados de Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Paraná, entre outros.

As alunas egressas atuaram e atuam, nos diferentes níveis e modalidades do ensino, exercendo as funções de professora, diretora de escola, coordenadora pedagógica e de programa de pós-graduação, pesquisadora, vice-reitora, entre outras. Muitas educandas ultrapassaram a condição feminina que lhes era imposta, adentrando a esfera pública, espaço reservado historicamente ao gênero masculino, atuando em diferentes áreas do conhecimento, como escritora, advogada, jornalista, editora, cirurgiã-dentista, artista

plástica, urbanista e arquiteta.

O colégio permanece vivo para a maioria das alunas, que foram sujeitos desta pesquisa. As memórias dos depoentes permitiram o acesso a informações que, de certa forma, foram fundamentais para entender a formação ministrada, apresentada de várias maneiras, exprimindo as contradições próprias de qualquer processo de ensino.

Nesse sentido, conclui-se que este estudo possibilitou maior compreensão do papel atribuído ao ensino católico em Adamantina, assim como da contribuição e influência da congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus na formação da mulher adamantinense e da região da Nova Alta Paulista.

Referências

Jornais

ROCHA, A. IBGE: 91,4% dos adamantinenses são alfabetizados. **Diário do Oeste**, Adamantina, 02 abr. 2002, v.36, n.3399. p.3.

Livros

ALMEIDA, J.S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998 (Prismas).

BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

FARIAS, P. **Clélia Merloni mãe e mestra**. 1986. 349 p.v.1 Tese (Doutorado em Filosofia) Pontifício Atheneo “Antoniano” - Faculdade de Filosofia – Instituto Psicopedagógico de Roma. São Paulo: Loyola, 1990.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GILES, T. R. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 443-481.

MANOEL, I.A. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: UNESP, 1996. (Prismas).

RIBEIRO, A.I.M.. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas-1863-1889**. Campinas: Centro de Memória Unicamp-1996 (Campiniana,4).

ROSADO NUNES, M. **Interfaces do sagrado: em véspera de milênio**. São Paulo: Olho D’Água, 1996.

Revistas

LIMA,C.J.; OLIVEIRA.F. **Adamantina em revista: um município com 3 anos**. jan.1952.

REVISTA ADAMANTINA 50 ANOS. Londrina: Universigraf, jun. 1999.

NOTAS

¹ Lei de instrução pública, 1827, apud LOURO, Guacira Lopes.L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.);BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p. 443-481.

² A imprensa feminina fortaleceu-se durante as contestações à Monarquia e a partir da proclamação da República. ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: a paixão do possível. São Paulo: UNESP,

1998, p.136 (Prismas).

³ Ribeiro, em sua tese de doutoramento, “A educação feminina durante o século XIX: O colégio Florence de Campinas (1863-1889)”, trata da história da fundação de uma instituição secundária feminina fundada por uma família oriunda de Cassel, Alemanha. Campinas, Centro de Memória da Unicamp, 1996.